



NO PINTCHA

ORGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA TELEFONES: 3713/3766/3738 BISSAU

DECISÕES DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO • REMODELADO O GOVERNO • CRIADO CONSELHO DE SEGURANÇA

O Conselho da Revolução procedeu ontem à noite uma ligeira remodelação governamental, tendo sido nomeados os camaradas Iafai Camará e José Pereira, respectivamente, vice-ministros das Forças Armadas e da Segurança Nacional e Ordem Pública para os cargos de ministros das referidas pastas, o camarada dr.º Fidélis Cabral de Almada, para ministro dos Negócios Estrangeiros e para Secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, foi nomeado o camarada Joaquim Furtado e o antigo titular desta pasta, Braima Bangura, passa a Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

Recordamos que o camarada Presidente do Conselho da Revolução acumulava as funções de ministro das Forças Armadas e da Segurança Nacional e Ordem Pública.

Também foi criado ontem, jun'º da Presidência do Conselho da Revolução e na dependência directa do Chefe de Estado, o Conselho Nacional da Segurança. Este órgão tem como seu Presidente o camarada Comandante de Brigada Nino Vieira e como vice-Presidente o camarada Primeiro-Ministro Victor Saúde Maria e integra ainda os primeiros comandantes Iafai Camará e Paulo Correia e o camarada José Pereira.



NINO VIEIRA NO ENCONTRO DE JOVENS QUADROS

É NECESSÁRIO PÔR COBRO AOS DESVIOS

Um apelo à unidade foi lançado pelo camarada Secretário-Geral do PAIGC, Nino Vieira, ao intervir duran'º a cerimónia de encerramento do 1.º Encontro Nacional de Quadros que reuniu em Bissau, de 19 a 22 de Agosto, cerca de 400 jovens sob o lema: «Por um enquadramento total e eficiente dos nossos quadros numa Estrutura Democrática e Dinâmica».

Referindo-se à exoneração de dois membros do governo e à suspensão de um outro, o Presidente disse que «é necessário pôr cobro a erros e desvios». «São camaradas de primeira hora, mas quando é preciso, devemos agir». A este propósito indagou: Como é possível que um ministro de v'º em menos de um ano dois milhões de pesos? Como é possível ter contas bancárias no estrangeiro... cheques na ordem de milhões de contos. Estes casos vão ser entregues ao tribunal para que os julgue devidamente, afirmou.

A acção de certos grupos religiosos no país está na base de uma chamada de atenção de Nino Vieira que deixou bem claro «somos um Estado laico, permitimos a prática de todas as religiões mas não podemos admitir a sua ingerência, nas questões da vida do país».

Estiveram presentes ao acto vários dirigentes do Partido e Estado, destacando-se os camaradas Paulo Correia e Iafai Camará, ambos do BP do PAIGC e do Conselho da Revolução. — (Ver centrais)

BEAVOUGUI EM BISSAU: ANALISADA COOPERAÇÃO



O Primeiro-Ministro da República Popular e Revolucionária da Guiné, Dr. Lansana Beavogui efectuou na passada quinta-feira, uma visita de trabalho de algumas horas ao nosso país, tendo-se avistado com o Presidente do Conselho da Revolução, camarada João Bernardino Vieira.

Numa nota divulgada à Imprensa, a Assessoria de Imprensa da Presidência do CR, dá conta que Beavogui era portador de uma mensagem do Presidente guineense, Ahmed Sekou Touré, para o seu homólogo Nino Vieira, cujo teor se refere à cooperação bilateral, à luz das decisões tomadas entre os dois Chefes de Estado, no seu último encontro em Dakar e Addis-Abeba.

EMBAIXADOR DA MAURITANIA

Numa cerimónia ocorrida ontem, pelas 11 horas, no Palácio da República, o Senhor Mohamed El Hanchi Ould Mohamed Saleh entregou nas mãos do camarada Presidente Nino Vieira as cartas que o acreditam como primeiro embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Islâmica da Mauritânia no nosso país, com residência em Dakar.

Na sua alocução, o diplomata assegurou empreender esforços, sem reservas, na preservação e consolidação de amizade e solidariedade vinculada entre os nossos dois povos.

Sector prioritário frente à ameaça dos fiscais

Sem dúvidas nenhuma, o nosso país precisa dum severo controle em todos os seus sectores, de modo a permitir um avanço social e humano. Mas o referido controle deve ser feito na base da justiça a fim de não criar lástimas a certos indivíduos, dando em contrapartida um largo regozijo para certos senhores fiscais.

Agora vou referir directamente a causa deste meu confiante alerta. Actualmente, muitas mulhrees deixaram de andar com mãos cruzadas, a não esperarem só do que é importado pelo Governo, mas sim, dedicam-se à lavoura de muitos produtos entre os quais os pepinos.

Tomando em conta de que estas se encontram muito distantes do mercado principal, para transportar esses produtos, elas pagam o táxi ao preço de 120 a 150 pesos. Nessa conjuntura, as negociantes procuram recuperar o dinheiro gasto, e por direito, obter o lucro para compensação da energia gasta durante o trabalho.

Infelizmente, não conseguem o ideal desejado, porque lhes aparecem um bom senhor fiscal que lhes obriga a pesar os pepinos, vendendo a 7 pesos o quilo. De contrário, pagam uma multa de 400 a 500 pesos. Enfim, as pobres lavradoras não conseguem sequer recuperar o dinheiro gasto nos transportes, porque num sacco deste produto acabam por receber só 90 pesos. Para tal, elas não gozam o valor do seu trabalho, mas sim, sentem-se prejudicadas. Então, quem admite que uma pessoa estranha lhe administre os seus bens? Sugestionar-lhe, sim! Mas nunca dar-lhe ordens.

Se isso acontece para os pepinos, é possível acontecer para outros produtos. Por este motivo, apelo a todos os órgãos competentes a tentar solucionar este problema, de modo a garantir à agricultura o lugar que lhe cabe, como sendo o sector prioritário do nosso desenvolvimento económico.

Termino por aqui, esperando ansiosamente a máxima colaboração dos órgãos destacados neste assunto. Concluindo e resumindo, posso dizer que os fiscais criam negligência na produção, para tal, devem ser fiscalizados.

AUGUSTO SANCA

Divulgação das leses da JAAC

Os trabalhos de divulgação dos ante-projectos de teses e estatutos da JAAC, a serem submetidos ao seu próximo Congresso, terminaram na passada quinta-feira na cidade de Gabú, sob a presidência da camarada Jorge Veríssimo Baldé, do Conselho Central da JAAC e secretário do departamento da organização e controle do Secretariado do Sector Autónomo.

As sessões que decorreram durante dois dias, contaram com a participação dos membros do secretariado regional da juventude e alguns militantes.

Entretanto, na sessão de encerramento, o 1.º secretário regional daquela organização juvenil, camarada Iaya Djali, salientou a participação activa dos militantes, tendo anunciado a realização para breve

dum encontro de jovens que designará os delegados que divulgarão estes documentos, nos diversos sectores que compõem aquela zona Leste do país.

FARIM

Por outro, o seminário de divulgação dos documentos a submeter ao I Congresso da JAAC, no seio dos seus militantes, terminou na passada

quarta-feira, no aquartelamento de Farim, sob a orientação dos camaradas Arafam Malam Turé e Carlos António Brandão, ambos membros do secretariado regional desta organização.

O seminário que teve a duração de três dias, contou com a participação de todos os efectivos do aquartelamento de Farim e dos militantes deste sector.

Campanha de fiscalização

Com o objectivo de controlar melhor os «dji-las» e as viaturas que não cumprem as suas obrigações fiscais, está a desenrolar-se desde o dia 21 do corrente, prolongando-se até o dia 27, uma campanha de fis-

calização cuja operação é chefiada pelo camarada João de Deus Batista Lobo, chefe de fiscalização do Ministério de Economia e Finanças.

Depois de vários dias de trabalho junto dos proprietários dos trans-

portes de passageiros, cargas e mistos, (candongas) o camarada João de Deus disse que verificaram que muitas viaturas não estão em condições de circular por não terem pagos as suas contribuições.

Delegação da Informação no interior

Uma delegação do Ministério de Informação e Cultura, deslocar-se-á às regiões do país para se inteirar de vários problemas que se prendem com a Informação e Cul-

tura no interior da Guiné-Bissau.

Assim, a delegação tratará com os responsáveis regionais questões ligadas à RDN (audição e proposta de um local

para a futura instalação do retransmissor e estúdios regionais) e às condições de recepção a reservar aos jornalistas em missão oficial.

No domínio cultural, a delegação igualmente procederá a um estudo referente ao projecto de instalação de casas de cultura nas regiões, auscultar opiniões sobre a criação de cinemas ambulantes e clubes particulares e intercâmbio de delegações culturais entre as regiões, incentivar a recolha de dados para a criação do futuro Museu da Luta, e recolherá propostas regionais para as comemorações do XX aniversário da proclamação da nossa independência. A delegação é dirigida pela camarada Milocas Pereira, chefe do Departamento de Plano do MIC.

Movimento marítimo

Encontra-se a descarregar na ponte de Pindjiguiti em Bissau, o navio-motor «Nacional de Tróia», proveniente de Portugal.

O navio que chegou ao país no passado dia 19 do corrente mês, transportou diversas cargas entre as quais alguns produtos alimentícios, nomeadamente 2 714 sacos de arroz trinca de 50 quilogramas e 500 tambores de vinho.

Saliente-se que todos esses produtos foram adquiridos pelas duas empresas principais do país (Arma-zéns do Povo e Socomin).

Também fazia parte dos produtos de primeira necessidade transportados pelo navio «Nacional Tróia», 2 400 caixas de sardinhas (tomate e óleo), e 2 800 caixas de batatas.

Canchungo:

Trabalho voluntário

Em saudação ao I Congresso da Juventude Africana Amílcar Cabral, foi realizada em Cãcheu uma jornada de trabalho voluntário de limpeza e capinagem das ervas no posto sanitário daquela localidade.

Esta operação foi dirigida pelo 1.º secretário da JAAC camarada Sajo Mané, tendo participado os militantes da JAAC daquela zona e os membros dos comités de base da região.

Por outro lado, saliente-se que estão programadas várias actividades desportivas como forma de saudar este evento que terá lugar em Setembro, na nossa capital.

Responde o povo

O que pensa do casamento forçado?

O casamento forçado é uso e costume de algumas etnias do nosso país. A mulher quando nasce já os pais lhe tem destinado um homem, com quem ela é obrigada a casar ainda muito jovem, muitas vezes sem nunca o ter visto ou conhecido. Durante o crescimento da rapariga é o futuro esposo que praticamente sustenta os pais por isso, como paga, eles são obrigados a entregar-lhe a filha. Hoje no entanto, muitas moças recusam-se a aceitar o «noivo» pois, já adquiriram certos conhecimentos que lhes permite concluir que isto é uma forma de exploração da mulher. Este assunto, considerado tabu agora, é frequentemente levantado nas reuniões das mulheres organizadas pela UDEMU.

Eis o que os nossos entrevistados falaram da questão:

NÃO CONCORDO

Gilberto Lopes, 19 anos de idade, estudante.

«Não concordo com o casamento forçado, na medida em que o amor é livre.

«Cada indivíduo opta pela pessoa que acha que com ele poderá ser feliz.

Também é necessário que um indivíduo se case com uma pessoa cujos desejos se conju-

guem, sem oposição de ideias.

«O casamento forçado tem a sua desvantagem, porque muitas das vezes faz com que a mulher seja infeliz».

FACTOR NEGATIVO

Adramane C a n d é (Adras), 21 anos de idade, estudante.

«Hoje que os jovens conhecem o que é o amor, e que ele é livre, por isso são eles que devem escolher os seus conjugues, alguém com quem pensam que podem viver felizes.

«Eu não estou de acordo com o casamento forçado, porque o casamento é um fardo pesado, por isso, duas pessoas de sexo oposto se juntam para poderem levá-lo a cabo, como dizem os velhos.

«Se é assim, o casamento forçado é um factor negativo, no seu todo, dado que, se um deles não está de acordo com o casamento, poderão passar a viver num ambiente agressivo, podendo assim haver um desenlace.

«Por outro lado, os descendentes do tal casal podem ficar traumatizados devido ao ambiente

familiar hostil».

Domingas Brito, de 53 anos de idade, doméstica.

«Para mim, o casamento forçado não é bem sucedido, porque só traz consequências funestas para o casal.

«O casamento deve ser uma opção das duas partes. Duas pessoas não se casam sem se amarem e para mim, o casamento forçado não constitui um bom lar, visto que, a junção de duas pessoas com ideias contrárias é prejudicial para ambas».

NÃO SE DEVE CASAR SEM SE AMAR

António Ió, de 42 anos de idade, doméstica.

«Não concordo com o casamento forçado, na medida em que, não há amor como o próprio nome indica, «Forçado», que contém algo de obrigatório em que uma parte é beneficiada e outra parte não tem voz activa para decidir ou não.

«O casamento forçado, não contribui para a felicidade de um lar, que faz com que as mulheres tenham amantes por que optam. Este tipo de casamento não é o ideal porque sempre há ódio entre o casal.

«Acho incorrecto o casamento forçado».

Opiniões divergentes quanto ao novo horário de trabalho

● novo horário de trabalho é questão da nossa conversa de hoje em que o «Nô Pintcha» saiu à rua para ouvir alguns populares e chefes de serviço, tendo registado as mais variadas opiniões. Uns acham que o único período de trabalho deve continuar por ser o nosso país o único da Costa-Ocidental que trabalha em dois períodos. Para outros, esse horário não deve ser usado na medida em que, principalmente, em Bissau, há muita falta de transportes que podem ser apanhados à hora da entrada para o serviço, enquanto que outros alegam que há falta de géneros de primeira necessidade o que não permite que uma pessoa aguente até às 15 horas sem comer. Para os empregados comerciais esse período não deve continuar por ser um pouco prejudicial às suas actividades, uma vez que na altura da saída dos trabalhadores as lojas estão encerradas, e durante a manhã não há despesas porque a maior parte das pessoas está no emprego.

António Mendes, funcionário público, pensa que o novo horário não deve continuar, porque como é do conhecimento de todos não há géneros de primeira necessidade nem gaz para um trabalhador fazer qualquer coisa para comer de manhã antes de sair de casa. Para ele, o novo horário beneficia e prejudica ao mesmo tempo, porque quem sai às quinze horas, pode ir tratar dos seus assuntos pessoais, mas também prejudica porque a partir dessa hora todos os locais se encontram encerrados pelo que ele preferia o horário antigo de dois períodos.

Para Samba Baldé, taxista de 26 anos de idade, que concorda com o novo horário, diz-nos que o nosso país é a única da África Ocidental que trabalha dois períodos, mas para isso as pessoas precisam de meios de transportes e géneros alimentícios para poderem cumprir o horário a cem por cento. Também na opinião do camarada Samba, o período único é um sacrifício especialmente para os que moram longe.

Enquanto que para o camarada Virgolino Gomes Fadiá, um velho empregado comercial, com 35 anos de experiência dessa vida, está de acordo com o horário, embora o mesmo seja um pouco prejudicial para as

casas comerciais, na medida em que às quinze horas, altura da saída dos trabalhadores, as lojas estão já encerradas: «claro que após todos terem ido para casa já cansados, custa voltar para baixo e adquirir os seus produtos. Por isso o outro horário era mais válido para as actividades comerciais». Também no modo de ver deste velho, o novo horário poderá permitir o aumento da produção, desde que seja bem empregue e explorado, e que neste momento talvez seja muito cedo fazer-se um balanço cabal.

Quanto ao trabalho de dois períodos, para o tio Virgolino Gomes, muitos passavam o tempo da parte da tarde a «chalar», sem produzirem nada. É que este novo horário permite ao governo economizar mais combustível (gasóleo) com a energia eléctrica e (gasolina) para os carros

de fazer. Acrescentou que não há desvantagens. Portanto, pensa que se a experiência for boa como prevê pode-se continuar, a não ser que o mesmo venha a ser sabotado pelos contra-boas intenções.

Oswaldo Cordeiro, operador de teléx, disse-nos que até certo ponto concorda com o novo horário de serviço, pois que, dá facilidades a um funcionário de recuperar as energias para o dia seguinte poder voltar ao serviço com mais força.

«Só que confirmou, um indivíduo sente dificuldade de manhã, na medida em que não se consegue pão para o pequeno almoço».

No entanto, disse, «penso que é muito cedo ainda, utilizarmos este sistema de trabalho».

«Para que o novo ho-

para comer, como é que se sente?»

«Já me habituei a trabalhar os dois períodos o que é muito bom para mim. Mas também tem as suas vantagens, porque evita a fuga de certos indivíduos que não zelam interesse no serviço, quando vão ao trabalho de manhã já não aparecem à tarde».

«Para que esse novo horário seja utilizado para sempre, depende dos resultados obtidos nesta fase de experiência. Se forem positivos convém utilizá-lo, mas se forem negativos não é necessário».

NOVO HORÁRIO É FATIGANTE

Mamadú Baldé, funcionário dos Correios e Telecomunicações (C.T.A.)

Não concorda com o novo horário de traba-

porque podem morar longe do local onde trabalham».

«Acho que esse novo horário devia ser utilizado sómente no período de muita chuva o que agora não acontece no país como antigamente».

Ismael Borja, funcionário da Empresa Soco-gel

Para mim, acho que se devia adoptar o novo horário de trabalho em fase de experiência pelo menos três meses e, a partir daí, podia-se continuar caso houvesse um bom aproveitamento».

Na sua opinião é bom sempre fazer experiência, e a partir da experiência é que se conclui se o mesmo é bom ou não.

Borja sublinha ainda que a sua vantagem, é que facilita aos funcionários irem onde quiserem depois das horas do

No curto intervalo de tempo que se dá segundo ele, outras pessoas não sabem gozá-lo, e quando saem só voltam ao serviço quando querem, o que prejudica imensamente o trabalho.

«Por isso mesmo penso que o Estado deve criar um órgão de controle a fim de poder controlar os trabalhadores porque caso contrário o Estado não será beneficiado».

«Tem as suas vantagens, porque dá aos trabalhadores tempo para repousarem. Mas esta vantagem muitas vezes o trabalhador não a sabe aproveitar, o que o faz pensar que o novo horário é muito sobrecarregado para ele visto que, entra às 7 horas e sai às 15 horas».

Esse conforme precisa o camarada Teles, o novo horário deve ser utilizado para sempre mesmo que não seja na época das chuvas.

MA MAIOR PRODUTIVIDADE

Mamadú Djaló, Director Financeiro dos Armazéns do Povo.

Concordo com o novo horário, porque além de beneficiar os trabalhadores beneficia o próprio Ministério ou Departamento».

«Só que talvez como o novo horário está na fase de ensaio pode-se dizer que é um trabalho fatigante». É preferível, no entanto o novo horário do que os dois períodos de trabalho. Permite ao trabalhador estar constantemente no serviço a desempenhar cabalmente as suas funções.

Tem a sua parte positiva porque permite o aumento da produção».

Para certas empresas diz-nos não é possível a adopção deste novo horário na medida em que prejudica o abastecimento às populações em produtos de primeira necessidade».

«Mas, na minha maneira de ver, acho que esse horário podia continuar devido a situação em que nos encontramos».

Um indivíduo ao sair do serviço às 15,00H se mora longe, pode conseguir um transporte além disso depois de sair do serviço, pode ir resolver os seus afazeres».

Se tiver aceitação poderá continuar

— disse o director-geral do Trabalho

O camarada Edmundo Gomes, director-geral do Trabalho, falou-nos dos factos que levaram à adopção do novo horário de trabalho para a Função Pública, nos seguintes termos:

«O novo horário foi estudado na altura da falta de combustível e da aproximação da época das chuvas, com o objectivo de beneficiar os trabalhadores que fazem em média, quatro percursos diários. Caso venha a ter aceitação por parte dos trabalhadores, o novo horário será adoptado definitivamente. De contrário, será anulado porque só o fizemos a título experimental.

Ainda no seu esclarecimento, o camarada Edmundo Gomes disse-nos que «primeiro fez-se uma proposta verbal que foi apresentada ao Ministro da Administração Interna Função Pública e Trabalho, que propôs o seu envio para apreciação da UNTG e da Função Pública».

Na altura, conforme o director-geral do

Trabalho, o sindicato» recusou essa proposta, fundamentando que o novo horário poderia provocar uma quebra de produção a partir das 12,30. Também o sindicato alegou que o novo horário poderia causar prejuízos às pessoas que vêm do interior para efectuarem as suas compras, em Bissau».

O sector da Função Pública não discordou com a proposta, mas apresentou uma contra-proposta, com um horário que seria das 7 às 14 horas com um intervalo de meia-hora.

Após estas fundamentações, que o nosso entrevistado considerou sem lógica, acabou-se por elaborar a proposta que foi apresentada ao camarada Primeiro-Ministro e, mais tarde, ao Conselho de Ministros, que a aprovou.

Mas, dado o atraso que se verificou na sua elaboração e aprovação, só foi possível o novo horário de trabalho entrar em vigor nesta altura e a título experimental, por um período de um mês.

lho, porque além de ser bastante fatigante, praticamente, depois das 12,30 horas o rendimento que se consegue é muito pouco.

«Quanto a mim, preferia os dois períodos de trabalho o que daria mais rendimento ao nosso país, porque estamos em fase de crescimento».

«Por outro lado, faz com que um indivíduo tenha que mudar de regime alimentar porque só pode comer às 15 horas. Daí a sua desvantagem».

«No curto intervalo de tempo que se dá nem todas as pessoas conseguem ir apanhar qualquer coisa para comer,

serviço sem pensarem de que vão voltar de novo ao trabalho. Por outro lado, faz com que os funcionários permaneçam mais tempo no local do serviço.

«É desvantajoso, frisa, visto que, faz com que um indivíduo tenha que mudar o regime alimentar caso não estiver habituado a isso».

Mefestófeles Manuel Silva (Teles), professor do Liceu Nacional Kwame N'Krumah.

Concordo com o novo horário de trabalho, porque há uma certa rentabilidade, mas que não é aproveitada a 100 por cento. Verifica-se o seu não aproveitamento no curto intervalo de tempo que se dá das 12,30 horas às 13,00H».

que dantes faziam três a quatro transportes por dia, reduzidos a dois neste momento.

FICAR COM TEMPO PARA DESPORTO

Agostinho Malam, Monitor Escolar, colocado em S. Domingos, embora em férias, concorda com o novo horário, porque a seu ver tem mais vantagem na medida que permitirá uma pessoa resolver certos problemas pessoais. «O problema que se põe é dos casais que trabalham no mesmo período». Também disse que a sua vantagem é de ser um período o que permitirá um tempo de sobra para praticar mesmo o desporto, como ele gosta

rário seja utilizado para sempre, depende da rentabilidade que cada centro de produção dá se o serviço render mais com o novo horário, deve-se continuar com esse ritmo, caso contrário, se não se verificar um resultado satisfatório, convém não utilizá-lo».

Mário Embaló, funcionário da Guirans afirmou-nos «Não concordo com o novo horário, isto porque atendendo à situação que estamos a atravessar, de crise alimentar, é difícil.

Imagine que um indivíduo sai de manhã em casa sem tomar o pequeno almoço, vai trabalhar até às 15 horas e quando regressar a casa não encontra nada

Direito e Cooperação (2)

Construção da nova lei

Quando se fala da erradicação do direito colonial sabe-se que ela será lenta e que muito provavelmente nunca será total. Porquê? Será lenta, porque o direito colonial sendo embora um direito de dominação nacional e classista não deixa de ser o instituidor de uma ordem social. É certo que a um nível mais profundo essa ordem é de facto uma desordem institucionalizada. Mas precisamente porque é institucionalizada cria mecanismos de repetição que a normalizam e suscita complicitades que lhe conferem, ao nível das práticas quotidianas das populações, uma aura de autoridade e senão mesmo de legitimidade que a tornam obedecível sem recursos permanente à coerção. Perante tal situação, nenhum processo de libertação e de transformação social, por mais revolucionário, pode aguentar por muito tempo o vazio criado pela paralização global da ordem velha, nem pode suportar rupturas administrativas que atravessam de léss-a-lés o tecido social. Há, pois, que estabelecer um plano de transição.

Em segundo lugar, nem tudo no direito colonial é intrinsecamente colonialista ou é igualmente colonialista. A ordem jurídica colonial, como qualquer outra, é uma ordem assimétrica e fragmentada e é-o na

mesma medida em que é a dominação política colonial em que assenta. Ou seja, na dominação política colonial podemos distinguir áreas centrais e áreas periféricas de dominação. As primeiras constituem o núcleo motor da dominação e recobrem os aspectos económicos e políticos fundamentais da relação colonial. Os ramos do direito colonial que organizam tipicamente estas áreas são o direito constitucional e político, o direito da organização económica, o direito do trabalho e, sempre mais importante do que parece, o direito fiscal. Estes ramos de direito caracterizam-se, na situação colonial, por serem particularmente autoritários e segregadores, burocráticos e repressivos. A concepção de povo colonizado que lhes subjaz é a de que o povo colonizado é um inimigo e, só mediante prova em contrário, um súbdito leal. Em suma, nas áreas centrais da dominação política o direito colonial tende a ser hiper-colonialista. Mas, para além destas áreas, há as áreas periféricas da dominação política que compõem a organização da reprodução social dos padrões de sociabilização e da culturação e, enfim, da vida social quotidiana das populações. Os ramos do direito que constituem juridicamente es-

tas áreas tendem a ser, o direito da família, em parte, o direito civil em geral, o direito processual, os novos ramos do direito como, por exemplo, o direito urbano e amplos sectores do direito penal (não todos pois que alguns pertencem às áreas centrais da dominação). Sem deixarem de ser autoritários e repressivos, estes ramos do direito são-nos menos e na situação colonial tendem a ser só muito selectivamente aplicados. Na maioria das situações convivem mais ou menos pacificamente com os direitos costumeiros que lhes correspondem e pelos quais muitas vezes se deixam substituir. Esta situação é reflexo das responsabilidades e das expectativas limitadas da dominação colonial nestes domínios. A concepção do povo colonizado que subjaz a este ramo do direito é o de que o povo colonizado é um súbdito leal e só mediante prova em contrário, um inimigo. Nestas áreas, o direito colonial é hipocolonialista.

Esta classificação não caracteriza com igual exaustividade todos os ramos do direito. Alguns são intrinsecamente heterogéneos, como é o caso já referido do direito penal em que algumas das incriminações respeitam à área central enquanto outras respeitam a área periférica da domina-

ção. Na situação colonial africana, um outro ramo do direito é igualmente heterogéneo, o direito da família. Dado que a família tem ainda um papel produtivo (económico) importante, o qual determina estruturalmente a posição da mulher na sociedade, algumas das determinações do direito de família correspondem à área central da dominação. No restante, faz parte da área periférica e como tal é tratado pelas autoridades coloniais.

Sendo assimétrica e desigual a dominação política colonial, assimétrica e desigual é também o direito colonial e assimétrico e desigual deverá ser também o processo da liquidação do direito colonial no período pós-colonial. As áreas centrais de dominação política devem ser as primeiras a ser atacadas e os seus conteúdos jurídicos substituídos. Seguir-se-ão depois os conteúdos jurídicos das áreas periféricas. Estes poderão sobreviver por períodos mais ou menos longos e alguns deles acabarão por ser incorporados (modificados ou não), na nova legalidade em construção.

Neste domínio do direito colonial, os povos africanos (não só os de expressão portuguesa como, antes deles, muitos outros) têm enfrentado duas grandes ques-

tões políticas. A primeira é a da decisão sobre o que do direito colonial deve ser substituído e com que ritmo. A segunda, é a questão de como se deverá operar essa substituição.

Precisamente porque o direito colonial, sendo uma desordem institucionalizada, acabou por criar uma certa ordem do quotidiano das populações, uma substituição demasiado brusca nas áreas periféricas da dominação (área do direito hipocolonial) pode causar grande perturbação. Por outro lado, uma substituição autoritária e burocrática pode correr o risco de identificação com os processos jurídicos da dominação colonial. É por isso que os novos países africanos procuram que tal substituição envolva o mais possível as populações e seja discutida e partilhada nos organismos sociais de base, nas estruturas sindicais e partidárias e se transforme num movimento global de educação social e política. Acima de tudo, as transformações jurídicas não se podem limitar às leis que as consignam, têm de corresponder a transformações nas estruturas socio-económicas. Esta estratégia, que tem reais vantagens em termos de legitimação das novas estruturas políticas, tem custos em termos de eficácia das soluções em tempos de

grande crise social, custos que devem ser conscientemente assumidos.

Uma vez resolvidas estas duas questões políticas, surge uma série de questões técnicas onde se abre um amplo campo à cooperação. Eis algumas dessas áreas. O direito colonial, se é parte integrante da tradição jurídica portuguesa, é também um desvio e, por vezes, uma caricatura dessa tradição, exigidos ambos pela natureza socio-política específica da dominação colonial. É, pois, necessário, dar a conhecer essa tradição jurídica a fim de que seja mais fácil eliminar os desvios e as caricaturas, ou seja o que de mais colonialista existe no direito colonial. Em segundo lugar, sendo política a decisão sobre o que manter e eliminar, são jurídicas técnicas muitas das consequências que dela decorrem. Todo o sistema jurídico aspira a uma certa coerência e lógica globais. A preparação dogmático-jurídica dos juristas portugueses pode ajudar a medir essas consequências, as suas repercussões nos mais diferentes ramos do direito e na própria administração da justiça ajudando a procurar soluções técnicas novas com base no capital de experiências que a tradição jurídica oferece.

A criação de nova legalidade em substituição do direito colonial

Ante-projecto das

rando inculcar-lhes o sentido da democracia e de justiça e tornando-os acérrimos defensores dos princípios e das conquistas revolucionárias porque lutaram e morreram muitos dos melhores filhos do nosso Povo.

O conhecimento das teorias científicas sobre a formação e a evolução histórica das sociedades humanas assim como o das grandes realizações da humanidade, constitui também um outro aspecto dessa acção, que visa sobretudo:

- favorecer a formação política e ideológica do jovem militante;
- converter os princípios do Partido em convicções pessoais e hábitos de conduta quotidiana;
- garantir uma formação baseada numa concepção científica do mundo;
- desenvolver plenamente as capacidades intelectuais, físicas e morais do jovem;
- adquirir uma formação técnica, cultural e revolucionária integral;
- resistir à penetração de valores negativos e alienantes;
- desenvolver o espírito do internacionalismo e apoio militante, de solidariedade à luta dos povos oprimidos;
- fomentar elevados sentimentos humanos e gostos estéticos;

Na fase actual que vive a nossa organização juvenil, tornar-se necessário e essencial aumentar o número de jovens militantes nas suas fileiras, sem contudo perder de vista o carácter selectivo que deve reger a nossa organização, de forma a garantir que cada militante da JAAC, seja um futuro militante do PAIGC. Só assim poderemos fazer da nossa organização, a principal fonte de novas energias e a garantia da renovação indispensável à continuidade do processo revolucionário no nosso País, da obra do PAIGC e de Amílcar Cabral.

Vemos contudo que, embora a JAAC se defina estatutariamente, como organização de vanguarda da juventude guineense, devendo portanto enquadrar no seu seio os jovens mais destacados, ela é pelo seu carácter uma organização de massas da juventude, integrando nas suas fileiras jovens de todas as classes e camadas sociais da nossa terra, que aceitem o Programa do PAIGC, e reconhecem o Partido como força dirigente da sociedade.

Esta contradição entre o carácter actual da nossa organização e a sua definição, embora se revele necessária e operacional nesta etapa histórica, deve ser ultrapassada, tendo a JAAC que evoluir necessariamente para novas formas de organização interna e de enquadramento da massa juvenil.

Assim, no processo de desenvolvimento futuro da nossa organização e no da sua afirmação como vanguarda da juventude guineense, torna-se necessário pensar, na criação de associações e organismos da juventude dirigidos e controlados pela JAAC; constituindo estas a fonte de recrutamento de novos militantes para as suas fileiras.

Esta acção, pressupõe a mobilização e enquadramento dos jovens por sectores específicos de actividades (camponeses, assalariados e estudantes) e justifica-se pela necessidade de desenvolver o trabalho político no seio da juventude ainda não filiada, de modo a atraí-la para a nossa organização, e a elevar o nível da sua consciência e a compreensão das realidades em que vivemos tornando assim, qualitativamente melhor a sua participação no processo de Reconstrução Nacional.

Esta acção irá permitir à JAAC, retomar de facto o seu carácter de vanguarda da juventude guineense educada no espírito de fidelidade sem limites ao pensamento de Amílcar Cabral no seio da qual operam os melhores e mais destacados militantes da juventude, que se identificam totalmente com as opções ideológicas do Partido e, reafirmar o seu papel de reserva segura e combativa do PAIGC, sem no entanto descurar o factor mobilização.

validade

deve ser feita de modo a manter a referência e a coerência com o que dele ainda permanece. Afinal tudo o que é novo nasce do velho e não há revoluções sem tradições. Por esta razão, a cooperação portuguesa neste domínio tenderá a assumir um papel privilegiado na medida em que pode comandar um conhecimento da tradição a partir do qual o verdadeiramente novo pode emergir.

I. 2. A QUESTÃO DO DIREITO OU DOS DIREITOS TRADICIONAIS OU COSTUMEIROS

A experiência africana comparada mostra que esta é uma das questões mais complexas a enfrentar pelos novos países libertados do domínio colonial. Como disse acima, os povos africanos têm, por um lado, uma longa experiência do direito colonial e, por outro, uma longa experiência do direito costumeiro. E estas duas experiências, no entanto, ao contrário do que parece ou do que se pretende fazer crer, estão relacionadas uma com a outra em mais de um aspecto.

Alguns dos novos países africanos (e não falo agora dos de expressão portuguesa) procuram no período pós-colonial criar uma cisão política e jurídica racial entre o direito colonial e o direito costumeiro com a

implicação de distribuir a máxima ignomínia ao primeiro e a máxima glória ao segundo. Esta cisão foi estabelecida por razões políticas mas não corresponde à verdade dos factos. Em primeiro lugar, em aspectos significativos o direito costumeiro desenvolveu-se não autonomamente, mas como reacção, defensiva ou agressiva, em relação ao próprio direito colonial e tem com ele uma relação, por assim dizer, umbilical. Em segundo lugar, o direito costumeiro teve, não apenas conflitos mas também convívios e cumplicidades com o direito colonial. No colonialismo inglês essa cumplicidade foi globalmente instituída e ficou conhecida pelo nome de governo indirecto nos termos do qual as estruturas jurídicas e políticas locais eram mantidas, absorvidas e integradas na dominação colonial global. No colonialismo português um sistema algo semelhante vigorou no tempo do estatuto do indigenato e, quer antes, quer depois, o direito costumeiro foi integrado, selectivamente é certo, e foi muitas vezes aplicado pelos próprios administradores coloniais e pelos chefes tradicionais que se dispuseram a colaborar com eles.

(Continua no próximo número)

Nino Vieira: A JAAC deve mobilizar os jovens quadros

«Este primeiro encontro de quadros depois de quase dez anos de independência é para mim motivo de encorajamento, razão porque felicito a JAAC pela iniciativa. Liberdade de expressão na base de disciplina, unidade e respeito é o que nós queremos. Foi por isso que fizemos o 14 de Novembro. A acção desencadeada nessa noite não por vaidosa de querer o poder pelo poder...

Não podemos demitir-nos das nossas responsabilidades. Assim como ontem na Luta Armada de Libertação Nacional, hoje devemos ter coragem e dedicação para construir a paz, justiça e felicidade na nossa terra». Com estas palavras, o camarada Secretário-Geral do PAIGC iniciou a sua intervenção no encerramento do encontro de quadros.

«Nesta perspectiva, a unidade é indispensável. É preciso que os quadros adiram à JAAC e ao Partido. Isto só é possível com um trabalho organizado. É verdade que nem todos podem ser membros de uma organização política mas é preciso fazer por isso.

Não podemos fomentar distinção de grupos entre os quadros nem separá-los ideologicamente.

Devemos isso sim mobilizá-los porque para avançarmos precisamos da contribuição de todos os quadros que sejam capazes. Como sabem,

temos estudantes em vários países do mundo, nem todos eles partilham da mesma ideologia. Só um trabalho político de fundo pode juntá-los em torno de um objectivo. É neste contexto que a JAAC deve ser o catalizador da juventude guineense, lembrou Nino Vieira ao definir a acção que a Organização Juvenil do PAIGC deve ter no seio dos jovens quadros.

«Eu gostaria de lembrar aos camaradas que nem todos éramos do Partido no início da Luta. Foi graças ao trabalho do Camarada Amílcar Cabral que muitos vieram mais tarde a aderir ao Partido. Assim é que deve ser. Não podemos dividir os quadros. Isso vai contra os princípios do nosso próprio Partido». Referindo-se às críticas dirigidas à funcionalidade do Partido o camarada Secretário-Geral refutou as opiniões que puseram em causa o trabalho desenvolvido pelo Partido. «Não se pode dizer que as estruturas do Partido não funcionam. Isso não corresponde à verdade. No I Congresso Extraordinário tudo ficou bem programado e bem definido».

Ainda sobre esta mesma questão, Nino Vieira defendeu que numa Assembleia de natureza de encontro de quadros não se pode criticar o Partido. «As propostas fazem-se no Partido e não numa reunião de quadros. A JAAC pode criticar o

Partido mas no interior das suas próprias estruturas. Estamos aqui para defender o nosso Partido. A minha vida confunde-se com o próprio Partido» realçou o primeiro dirigente do país, para deixar claro que «ele é tudo para mim, em sua defesa lutarei contra seja quem for». Para o preservar, consentimos muitas perdas de vida. Caracterizando a linha e os objectivos políticos a seguir, o líder guineense acentuou que «vamos seguir a política de Cabral. Não desviamos nem desviaremos».

O Camarada Secretário-Geral incitou a JAAC a desencadear uma acção mais preponderante junto da juventude. É preciso combater as anomalias que se verificam na nossa sociedade. Droga, banditismo, açambarcamento. São os jovens que fumam a droga, lembrou, «por isso é preciso combatê-los e fazêmo-lo porque queremos o seu bem-estar».

Verificámos que há fraudes no Liceu. Estudantes que fazem exames na vez de outros. São devaneios que no entender de Nino Vieira devem ser combatidos pela própria JAAC.

Ao falar do açambarcamento, um mal que grassa na nossa terra, o líder do Partido sugeriu que fossem criadas brigadas de fiscalização, adiantando que «aquele que açambarcar arroz, deve ser preso».

A situação económica do país mereceu especial atenção do Chefe da Nação que mais uma vez pôs em evidência a necessidade absoluta de aumentarmos a produção e a produtividade. A título informativo, lembrou que nenhuma empresa estatal é rentável, dizendo que em alguns casos é o próprio Estado que se encarrega do pagamento de salários já que elas são altamente deficitárias. Mas, preveniu, «vão ser tomadas medidas adequadas de forma a dotar as empresas de meios necessários para que possam produzir. Se depois de tudo isso os planos de produção não forem cumpridos os responsáveis terão que responder pela situação». Temos que ser exigentes, não podemos regredir, advertiu.

Por outro lado, o Camarada Presidente fez questão de se referir ao facto de estarmos inseridos no grupo dos trinta e um países mais pobres do mundo, e que por isso somos os maiores vítimas da crise económica que afecta todo o mundo. Daí que importamos na ordem de 60 milhões de dólares enquanto que a nossa exportação não excede os 15 milhões de dólares. Várias medidas, como por exemplo, o Plano de Estabilização Económica, o Plano Quadrienal foram elaboradas para podermos dar uma resposta à situação que

(continua na página 6)

teses da JAAC (5)

Pensamos, que só assim, poderemos garantir que, prevendo os Estatutos do PAIGC, que no processo de admissão dos seus membros, uma das condições seja que o candidato «tenha dado provas durante dois anos como militante da JAAC», transitem para o Partido, militantes que já se tenham distinguido no trabalho da juventude e por essa razão integram a sua vanguarda.

No quadro da sua acção para a renovação e continuidade das suas estruturas e fileiras, a JAAC, terá que contar essencialmente, com a contribuição da organização dos Pioneiros Abel Djassi (OPAD), que age sob sua orientação ideológica e que deverá constituir a forja da qual sairão os seus futuros militantes.

A JAAC deve portanto, prestar uma atenção particular à OPAD e desenvolver no seu seio uma acção ideológica que vise sobretudo incutir no espírito dos nossos pioneiros o amor aos Pais, à JAAC e ao P.A. I.G.C., bem como aos companheiros, à verdade, à justiça, ao trabalho (estudo e trabalho manual) e à nossa Pátria Africana.

Para que a Organização de Pioneiros Abel Djassi possa cumprir com a sua elevada missão de formação do Homem Novo na nossa terra, ela deve portanto orientar a sua acção no amor e respeito ao tra-

balho manual e intelectual e na introdução de novos conceitos de relações sociais que visem a liquidação dos hábitos enraizados de individualismo.

A OPAD deverá ser dirigida por militantes da J.A. A.C. que tenham dado provas de um elevado nível moral, político e cívico e possuam dotes de compreensão, paciência e vocação de educadores.

A complexidade das tarefas de enquadramento das crianças exige uma superação constante dos seus dirigentes e impõe que estes se esforcem de forma a elevar o seu grau de militância e poder dar respostas às solicitações que a formação das crianças exige.

Esta será sem dúvida, a melhor forma de garantir que a OPAD seja em relação à JAAC, o que a JAAC é em relação ao Partido: um viveiro donde sairão os futuros militantes da nossa organização juvenil, educados nos princípios do PAIGC, claramente definidos pelo seu fundador militante n.º 1 e patrono da JAAC, o camarada Amílcar Cabral.

A criação das condições objectivas que permitam à nossa organização desempenhar cabalmente a função que lhe é conferida pelo Partido, passará portanto, necessariamente, pelo reforço progressivo do seu carácter selectivo, da unidade ideológica no seu seio e da definição clara da sua base de apoio.

Só assim, a JAAC poderá definir-se como:

— Organização de vanguarda da juventude guineense, pois enquadra os jovens mais dedicados e conscientes que aceitem sem reservas as opções ideológicas e os objectivos supremos do PAIGC,

— Reserva segura, pois é no seu seio que o Partido irá recrutar os seus futuros militantes, indispensáveis à sua renovação e ao aprofundamento das suas características revolucionárias;

— Combativa, pois ela é constituída pelos jovens mais dispostos e capazes de defender intransigentemente e em qualquer circunstâncias o pensamento político de Amílcar Cabral, e a realização do Programa do PAIGC, para a criação de uma sociedade nova, de paz, progresso verdadeiro, justiça social e isenta da exploração do homem pelo homem.

Deste modo, a JAAC poderá contribuir para que o PAIGC, movimento de libertação no poder, se converta no Partido de vanguarda, preconizada por Amílcar Cabral, capaz de conduzir a luta pela consecução dos objectivos propostos no seu Programa.

(Continua no próximo número)

MEN promove seminários para professores em férias

A partir de 29 de Agosto a 17 de Setembro próximo, o Ministério da Educação Nacional, através do seu Departamento de Formação e Superação de Professores, vai organizar vários seminários para docentes em férias que leccionam os diferentes níveis do ensino no país.

Assim, em declarações prestadas ao nosso jornal pela camarada Maria Emília Vieira Ferreira, chefe do Departamento de Formação e Superação de Professores,

a nível do Ensino Básico Elementar, aquele departamento elaborou programas para organização de dois seminários, encontrando-se neste momento um a decorrer na cidade de Bolama, com a duração de seis semanas, que se destina aos finalistas do Curso dirigido, onde tomam parte cerca de 93 candidatos. O Curso dirigido salienta-se, é uma outra forma de superar os professores do ensino básico elementar, especialmente os monitores escolares, que recebem

no primeiro ano de curso, uma matéria de nível equivalente à 6.ª classe, seguindo mais três anos em que lhes são ministrados conhecimentos académicos, acompanhado de uma formação específica profissional.

Quanto ao seminário para outros agentes do Ensino Básico Elementar, a responsável de Formação de Professores disse, que no dia 29 do corrente será aberto um que se destina aos presidentes das Comissões de Estudo, com a

participação de 150 candidatos, cuja duração é de três semanas.

Ainda na mesma data, será aberto um seminário geral para os coordenadores de disciplinas do Ensino Básico Complementar, e terá igualmente a participação de 150 candidatos.

Também a nível do Ensino Secundário haverá um seminário cuja data de abertura não coincidirá com o dos outros cursos de superação, porque, segundo a responsável do Departamento de Formação de

Professores, neste momento alguns professores cooperantes que deveriam dirigir os referidos seminários, encontram-se ausentes do país.

Por outro lado, e ainda dentro do círculo de superações, está previsto um curso para os inspectores do Ensino Básico (Elementar e Complementar), com um total de 13 candidatos, afirmou a camarada Maria Emília Vieira Ferreira, tendo acrescentando que não pode confirmar a data do seu

início porque o mesmo será orientado pelos Inspectores portugueses, que deverão chegar ao país no próximo mês de Setembro.

Recorde-se que todos os seminários com a excepção do Ensino Secundário que terá lugar no Liceu Nacional Kwame N'Krumah, decorrerão nas instalações do Ciclo «Salvador Allende». No entanto, e ainda segundo a camarada Emília Vieira, todos os seminaristas beneficiarão de um subsídio diário para alimentação.

Guiné-Bissau no Festival Pan-Africano da Juventude

Inaugurou-se, na capital Líbia, o segundo festival Pan-Africano da Juventude, em que participam mais de 5 mil jovens de 34 países africanos, bem como representantes de movimentos de libertação nacional, da Federação Mundial da Juventude Democrática e delegações dos países socialistas.

O programa do festival, a par de várias iniciativas culturais, inclui discussões po-

líticas e seminários teóricos, assim como comícios de solidariedade. Segundo informou, numa conferência de imprensa realizada, em Tripoli, Omar Diarso, Secretário-Geral do Movimento Pan-Africano da Juventude, os participantes neste encontro internacional analisarão as tarefas da juventude na luta pela descolonização definitiva de África, liquidação do apartheid e da discriminação racial, su-

peração das dificuldades económicas e transformação do continente africano em zona de paz e de boa vizinhança.

A fim de representar o nosso país neste festival juvenil, deslocou-se no passado sábado a Tripoli uma delegação composta por 50 jovens, chefiada pelo camarada Adriano Ferreira (Atchutchi), Secretário-Geral adjunto da JAAC.

Nino Vieira à JAAC

Continuação das Centrais

enfrentamos e erlar as condições necessárias para transformar e elevar o nível de vida das nossas populações, anunciou.

«Temos a consciência dos problemas e sabemos que há inimigos. Por isso, as medidas devem ser tomadas quando necessárias». Várias outras medidas vão ser tomadas como por exemplo a revisão do Estatuto do Funcionalismo, que será apresentada brevemente ao Conse-

lho de Ministros. Antes de terminar, e respondendo às preocupações manifestadas pelos jovens quadros, o dirigente guineense declarou que as eleições legislativas terão lugar ainda este ano e que para tal, os trabalhos estão a ser encaminhados pelo Ministério da Justiça.

«Confio na juventude. Conto com ela na luta contra o banditismo, nepotismo, amiguismo e tolerância em relação aos erros. Nós tudo faremos para que a revolução avance. Daremos as

nossas vidas se isso for necessário». Com estas palavras de incitação aos jovens quadros, o Camarada Secretário-Geral terminou a sua intervenção. Ainda durante esta sessão, entrevistaram os Camaradas, Paulo Correia, que na qualidade de presidente de honra do encontro, enalteceu a sua organização, e Abdulai Quetá que fez a súmula das principais questões debatidas.

Por absoluta falta de espaço contamos publicar as conclusões finais numa das próximas edições.

Desporto

Campeonato de defeso

A primeira volta do campeonato de defeso nos bairros de Missirá e de Bandim-2 expirou no último fim de semana, embora no primeiro bairro haja ainda jogos em atraso tendo por protagonistas as equipas de Belenenses, Pansau, Amazonas e Bedjas.

Com a realização da última jornada desta ronda, a classificação tem o seguinte panorama

em Missirá: Pega-Mama, com 10 pontos; Pank, com nove; Belenenses e Pansau, 8; Amazonas, 5; Volvo, Dua Djabi e Bedjas com quatro pontos cada.

Entretanto, em Bandim-2, o jogo mais importante da última jornada da primeira volta indicou por adversários as formações de UDAK e Bona Gosta. Bem me-

vimentado, o encontro terminou com vitória da UDAK por 2-1, tendo, no entanto, as duas equipas desperdiçadas inúmeras ocasiões de gol. Os tentos foram apontados por Isaac e Queita pela UDAK e Almeida por Bona Gosta.

Outros resultados: Pamparida, 0-Djagras, 1; Djorçon, 1-Pulgas, 2. De

salientar que depois desta jornada o topo da tabela classificativa é ocupado por Djagras com nove pontos seguido pela UDAK com oito pontos. Há ainda a referir que o despique entre Djorçon e Pulgas terminou antes do tempo regulamentar. E conforme o nosso enviado conseguiu apurar no estádio Cacoma, o jogo será repetido hoje à tarde.

Internacional

Com os olhos postos na final da Taça das Nações Africanas de Futebol a ter lugar na Costa de Marfim em 1984, a formação senegalesa, actualmente em Casablanca (Marrocos), prepara-se com afinco para ultrapassar um poderoso adversário — a Argélia — no próximo dia 26 do corrente. Este encontro conta para a segunda mão da eliminatória desta competição máxima

africana em futebol.

Segundo um quotidiano dakarense, o «team» senegalês será provavelmente reforçado por profissionais ao serviço de equipas francesas tais como Sene, Diallo, N'Diaye e Sanhá. A primeira mão, disputada em Dakar, saldou-se por um nulo a uma bola. Saliente-se que de Casablanca, local de estágio, os «lions» seguem, amanhã, para Argel,

NOVO RECORDE AFRICANO

O argelino Othmane Belfaa melhorou o seu recorde africano de salto em altura com a marca de 2,28 metros, estabelecido no decorrer do IV Campeonato Árabe de Atletismo, em Amman. O antigo recorde, arrancado em Argel em Junho do corrente ano, o pertencia com a marca de 2,27.

TÊNIS — WILANDER VENCE MACENROE

O sueco Mats Wilander conquistou, no passado domingo em Cincinnati (nos Estados Unidos), o grande torneio de ténis desta cidade ao bater na final John MacEnroe, o seu eterno rival, por 6/4 e 6/3. Recorde-se que nas meias finais o grande vencido havia afastado da corrida o seu compatriota Jimmy Connors.

Anúncios

Certifico para efeitos de publicações que, por escritura de dezanove de Novembro do ano de mil novecentos oitenta e dois, exarada de folhas setenta e quatro a setenta e seis, no livro de notas para escrituras diversas, número noventa e seis, deste cartório, foi celebrada a habilitação de herdeiros por óbito de ALBERTO MONTEIRO, falecido pelas onze horas e trinta minutos do dia vinte do mês de Junho do ano de mil novecentos oitenta e dois, no estado de solteiro, de setenta e sete anos de idade, natural de São Vicente de Cabo Verde e com última residência em Bissau, onde exercia a profissão de mecânico e o seu cadáver foi sepultado no Cemitério de Bissau.

sando a usar o nome completo de ANA JOANA MONTEIRO DE CARVALHO.

GREGÓRIO ALBERTO MONTEIRO, nascido a dezassete de Novembro do ano de mil novecentos cinquenta e quatro, nesta cidade de Bissau, solteiro, maior e residente na mesma.

ANGELA JOANA MONTEIRO, nascida a um de Julho do ano de mil novecentos cinquenta e seis, nesta cidade de Bissau, solteira, maior, residente nesta mesma cidade.

DULCE JOANA MONTEIRO, nascida a vinte e oito de Abril do ano de mil novecentos cinquenta e oito, nesta cidade de Bissau, no estado de solteira, maior e residente na mesma.

MARGARIDA SA MONTEIRO, menor, nascida a vinte e dois de Dezembro do ano de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Bissau, onde reside.

Está Conforme.

Por ser verdade e me haver sido pedida, mandei passar a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Cartório.

Lopes de Carvalho, pas-

N'komo acusado de procurar apoio externo

O primeiro ministro do Zimbabué, Robert Mugabe, acusou o seu mais directo rival, Joshua Nkomo, que durante cinco meses esteve voluntariamente exilado em Londres (Grã-Bretanha), de ter aproveitado este exílio para tentar conquistar o apoio dos países da «Linha da Frente». Mugabe afirmou, nomeadamente, ter provas de que Nkomo enviara mensagens aos governos dos países da primeira linha e da Grã-Bretanha, para chamar a atenção sobre os problemas do Zimbabué. No seu entender, esta alegada atitude do dirigente oposicionista não visava mais do que motivar a ingerência externa nos assuntos internos do seu país.

O líder da ZAPU havia dirigido uma carta a Robert Mugabe, durante a sua estadia em Londres, na qual propunha uma conferência, a reunir os partidos políticos, as igrejas, os sindicatos e organizações profissionais, com vista a resolver os problemas decorrentes da dissidência armada registada em Matabeland (sudeste do país) e que veio abismar as já existentes divergências políticas entre os dois principais partidos. Nkomo refugiou-se na Grã-Bretanha, sob alegação de ter sido alvo de severas perseguições por parte do actual primeiro-ministro, Mugabe.

Filipinas: Assassinado dirigente da oposição

O mais prestigiado dirigente da oposição filipinense, Benigno Aquino, de 51 anos de idade, foi assassinado no passado domingo, ao descer do avião, no aeroporto de Manila, quando regressava ao seu país, após três anos de exílio, anunciou-se de fonte oficial em Manila.

Na mais extrema confusão, a polícia abateu, segundo testemunhas oculares, o assassino solitário e não identificado do homem político. O presumível assassino de Aquino, estava vestido de uniforme azul dos empregados do aeroporto, segundo as testemunhas.

O presidente filipino, Ferdinand Marcos, havia advertido Benigno Aquino, que vivia em exílio nos Estados Unidos, a sua segurança não seria garantida se ele voltasse a pôr os pés no solo pátrio.

A morte de Aquino foi anunciada por testemunhas oculares que se encontravam na pista do aeroporto de Manila, e por um oficial do hospital militar onde o corpo foi imediatamente transportado.

Foi oficialmente confirmado pelo chefe da polícia, o General Prospero Olivas.

As autoridades americanas classificaram de acto «cobarde e ignóbil» o assassinato em Manila do líder da oposição filipinense, Benigno Aquino.

Um comunicado publicado pelo departamento de estado declara que «a morte do senhor Benigno, Aquino, em Manila, é um acto cobarde e ignóbil que o governo americano condena nos termos mais vigorosos».

O exército filipino foi posto em «estado de máximo alerta», para prevenir eventuais confrontos, no seguimento do assassinato do principal dirigente da oposição filipinense, soube-se de fontes próximas do exército.

A polícia deteve quatro pessoas, suspeitas de terem participado no atentado, indica-se das mesmas fontes.

Aquino foi morto com uma só bala na cabeça, atirada por um 357 MAGNUM, anunciou por outro lado a polícia.

Tentativa de golpe nos Camarões

Na República Unida dos Camarões foi recentemente abortada uma tentativa conspiratória contra o regime do presidente Paul Biya, noticiou a agência France Presse, que afirma também terem sido detidos todos os implicados na tentativa. Num discurso radiofónico, o chefe do estado camaronês elucidou que os golpistas confessaram aquilo que chamou de «seus criminosos desígnios» e que os espera um castigo bem merecido. Em

consequência da malograda tentativa, o presidente Biya procedeu a uma remodelação governamental, que levou ao afastamento do seu primeiro-ministro, Maigary Bello Bouba, substituído interinamente no cargo por um novo elemento chamado Luck Ayan.

A pasta da defesa passou para as mãos de Gilbert Andze Tsoungur, anteriormente ministro da Agricultura. Em simultâneo com esta mudança do elenco gover-

namental, foi anunciada uma reorganização administrativa do país, sendo a província do norte subdividida em três novas províncias, e a nação passará corante a compreender dez províncias, no lugar das sete que vinham existindo. Outra consequência destes falhados acontecimentos conspiratórios, diz respeito a um decreto, especial, emanado superiormente, que cria um comité unificado dos chefes de estado maior e nomeia novos chefes da polícia.

Bolivia: Governo rejeita acordo com sindicatos

O presidente Hernani Siles Suazo, rejeitou virtualmente um acordo de governo com a Central operária boliviana, num discurso pronunciado na semana passada, em Cochabamba (centro do país).

Segundo a imprensa, o Chefe do Estado aludiu também a um projecto da Unidade Democrática e Popular, coligação no poder, propondo um governo de todas as classes sociais e a coexistência das empresas

públicas, privadas e cooperativas. Por seu lado, o ministro da Informação, Mário Rueda Pena, elucidou que a recusa de Siles Suazo se deve ao teor do projecto da COB, que constitui segundo ele, um programa de revolução social conducente a uma socialização da produção e à tomada do poder político pelos trabalhadores.

O Chefe do Estado tinha convidado, na quinta-feira passada, os

dirigentes da COB a entrarem para o governo mas, estes puseram como condição prévia a sua participação ministerial, a aplicação de um programa compreendendo, designadamente, a fiscalização operária nas grandes empresas privadas, uma moratória para a dívida externa do país e a rescisão dos contratos entre o Estado boliviano e duas companhias petrolíferas americanas.

Cuellar na África Austral

O Secretário-Geral das Nações Unidas Javier Perez de Cuellar iniciou ontem na cidade de Cabo, conversações com o Governo sul-africano.

As conversações têm por objectivo acelerar o cumprimento da resolução número 435 do Conselho da Segurança da ONU, respeitante à concessão da independência à Namíbia ilegalmente ocupada pela racista África do Sul desde 1966.

No entanto, o Governo racista de Pretória insiste em que este problema seja resolvido na base da retirada do contingente militar cubano de Angola, que como se sabe, se encontra neste país a pedido do Governo angolano.

Senegal e Moçambique condenam o regime de Pretória

O Senegal e a República Popular de Moçambique reafirmaram a sua vigorosa condenação ao regime racista de Pretória, num comunicado final publicado depois da visita do ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, a Dakar, na semana passada.

Joaquim Chissano e Mustafá Niasse, assinalam na comunicação que a África do Sul continua a desafiar a comunidade internacional com o reforço da sua odiosa política do apartheid e da ocupação ilegal da Namíbia. Maputo e Dakar exprimiram, igualmente, o seu total apoio à justa luta dos povos da África do Sul e da Namíbia, dirigidos respectivamente pelo ANC e pela SWA-

PO, organizações que reconhecem como únicos e legítimos representantes dos dois povos. São da opinião, em matéria tchadiana, que se deve agir rapidamente para que seja respeitada escrupulosamente a integridade territorial e a soberania deste país, do mesmo modo que se deve caminhar em direcção à reconciliação nacional, pronunciando-se igualmente a favor duma solução pacífica dos conflitos no continente africano, sem ingerência estrangeira e com base nas iniciativas e acções, que visem pôr em prática o plano de acção de Lagos.

Entretanto, durante uma recepção oferecida em honra do seu hóspede, o chefe da diplo-

macia senegalesa afirmou que «as exigências de paz e fraternidade entre os países africanos, sejam quais forem as suas convicções ideológicas e políticas, tornam-se cada vez mais prementes, face aos desafios que travamos quotidianamente».

Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique lançou um apelo para que todos os países africanos ou não, se abstenham de intervir militarmente no Tchad.

O chefe da diplomacia moçambicana afirmou que a «generalização do problema tchadiano constitui intolerável desafio a força, moral e política da OUA e um crime contra o povo tchadiano».

CICLONE

HOUSTON — O ciclone que devastou nos últimos dias o sul do Texas, nos Estados Unidos provocando directa ou indirectamente a morte de 16 pessoas e consideráveis danos materiais foi, segundo as primeiras versões, uma das tempestades mais devastadoras no país.

A consequência imediata do sinistro é de 250 mil pessoas ficarem privadas de energia eléctrica pelo terceiro dia consecutivo. A situação levará dias, segundo os observadores, a normalizar-se. O ciclone, denominado Alicia, foi o terceiro a abalar os Estados Unidos em três anos. O vento soprava a velocidade de 185 quilómetros a hora. O valor global das perdas é calculado entre 750 milhões e 1,6 bilhões de dólares.

ASSASSINATO

ATENAS — Um alto dirigente palestino, Maamoun Mre'ch, foi assassinado na manhã de sábado, em Atenas, por elementos ainda desconhecidos, que se puseram em fuga, após o assassinato.

A representação diplomática da Palestina, na Grécia, qualificou o acto «altamente criminoso», fazendo parte do quadro da política sionista que visa exterminar o povo árabe da Palestina.

ATAQUES

ARGEL — A Frente Polisário lançou mais uma ofensiva de grande envergadura, ao norte das montanhas de Ouzar'z (sul de Marrocos).

Foram infligidas pesadas baixas em vidas humanas e materiais do lado marroquino, precisando a fonte que as forças saharauís destruíram, também, várias instalações inimigas na região. Entre os mortos (num total de 113), figuram, nomeadamente, dois sub-oficiais e largas dezenas de soldados reais foram capturados.

ELEIÇÕES

LAGOS — Registou-se uma fraca afluência às urnas durante as eleições senatoriais de sábado passado, na Nigéria, conforme estimou a televisão federal segundo a qual, a maioria dos votantes decidiu pronunciar-se sobre a escolha de um partido, em vez de «programa de indivíduos aparentemente desconhecidos».

Remodelação governamental

Uma remodelação governamental foi levado a cabo pelo camarada Presidente do Conselho da Revolução, Comandante de Brigada João Bernardo Vieira e anunciada ontem à noite ao país.

Esta remodelação abrange os seguintes camaradas. O primeiro comandante Iafai Camará, do Bureau Político do CC do Partido, do Conselho da Revolução e ex-vice-ministro das Forças Armadas que passa agora a ministro das Forças Armadas, dr. Fidélis Cabral de Almada, suplente do Bureau Político do CC do Partido passa a ocupar-se da pasta dos Negócios Estrangeiros, José Pereira, do CC do Partido e ex-vice-ministro da Segurança Nacional e Ordem Pública, foi agora nomeado ministro da Segurança Nacional e Ordem Pública por último, Joaquim Furtado, do CC do Partido foi nomeado Secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria e o camarada Braima Bangura, ex-Secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria passa para Juventude e Desporto.

Recordamos que o camarada Presidente do Conselho da Revolução,

Nino Vieira, acumulava os cargos de ministro das Forças Armadas e da Segurança Nacional e Ordem Pública.

Foi criado ontem o Conselho Nacional de Segurança, que funcionará junto da Presidência do Conselho da Revolução e da dependência do Chefe de Estado.

O Conselho é presidido pelo camarada Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, tendo como vice-Presidente o camarada Victor Saúde Maria, e integra ainda como membros os comandantes Iafai Camará, Paulo Correia e José Pereira.

Este novo órgão terá no seu seio um corpo de conselheiros, constituído por especialistas de diversas matérias e de reconhecida competência, da livre escolha do Presidente do Conselho da Revolução. A designação dos conselheiros é feita por despacho do Presidente do Conselho da Revolução.

O Conselho Nacional de Segurança tem a seguinte competência: Definir as etapas de actuação da Segurança Nacional e Ordem Pública e estabelecer as vias de acordo com os objectivos a atingir em cada uma dessas etapas,

no domínio da segurança interna do Estado; orientar e coordenar a acção dos serviços de Segurança Nacional e Ordem Pública, para continuar a agir no respeito estrito do nosso povo e na fidelidade ao nosso Partido e à Luta, e das milícias populares, como principal auxiliar na vigilância e complemento essencial das forças de segurança e ordem pública, bem como orientar e controlar a organização e funcionamento do sistema de Segurança Nacional e adoptar medidas que visem organizar um sistema do segredo do Estado.

Três comunicados foram emitidos ontem pelo Conselho da Revolução, anunciando a suspensão dos camaradas João da Silva e Manuel Saturnino da Costa, até posteriores providências, como membros de pleno direito deste órgão estatal. Um outro comunicado destituiu o camarada Samba Lamine Mané das suas funções de membro permanente do Conselho da Revolução.

O camarada João da Silva, foi também suspenso das suas funções de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, até posterior decisão.

Ainda no quadro da remodelação governamental, o camarada Joseph Turpin, suplente do Bureau Político do CC do Partido e ministro dos Recursos Naturais, acumulará transitória e temporariamente o cargo de Secretário de Estado das Pescas.

DEMISSÃO DE MEMBROS DO GOVERNO

Entretanto, foi anunciada no domingo à noite a demissão, pelo Presidente do Conselho da Revolução e sob proposta do Primeiro-Ministro, dos camaradas Samba Lamine Mané, ministro dos Negócios Estrangeiros e Flávio Proença, Secretário de Estado das Pescas. O camarada Manuel Saturnino da Costa, foi suspenso das suas funções governamentais até novas ordens.

Estes três membros do Governo foram acusados de «graves irregularidades» no desempenho das suas funções. O camarada Manuel Saturnino da Costa, enquanto ministro da Segurança Nacional e Ordem Pública e Samba Lamine Mané, durante o período em que dirigiu o ministério dos Recursos Naturais.

● Confrontos em Beirute

A região da grande Beirute foi lugar de violentos bombardeamentos, na segunda-feira de manhã, que causou, segundo um primeiro balanço oficial, dois mortos e vários feridos.

Estes bombardeamentos são os primeiros após os de 10 de Agosto passado, que haviam causado o encerramento do Aeroporto Internacional de Beirute.

Os tiros tocaram igualmente uma vintena de localidades nos arredores de Beirute. Estes acontecimentos tiveram lugar após a retomada dos combates, na noite de domingo para segunda, entre milícias cristãs das Forças Libanesas e Druzes do Partido Socialista Progressista, nas localidades de Choueifat Kfarchima, que pendem o aeroporto. Segundo um responsável das forças libanesas foi concluído um acordo de cessar fogo.

Caíram, nomeadamente, obuzes, nos perímetros do palácio presidencial de Baabda (Este de Beirute).

● Eleições nas Maurícias

As eleições parlamentares, nas Ilhas Maurícias, foram ganhas por uma coligação de três partidos: Movimento Socialista Militante (MSM), Partido Trabalhista (PT) e Partido Social-Democrata Mauriciano (SDM).

Segundo dados da Rádio das Maurícias, esta aliança conquistou 41 mandatos. O Movimento Militante Mauriciano (MMM) obteve 19 mandatos parlamentares. As urnas, foram 500 mil cidadãos, ou seja, 85 por cento do eleitorado.

As presentes eleições foram realizadas meio ano após as anteriores, devido a uma crise governamental que eclodiu na primavera última e resultou no desmoronamento da coligação do MMM e do Partido Socialista Mauriciano, vencedora das eleições do ano passado.

Um grupo dos partidários do Primeiro-Ministro, Aneerood Jugnauth, abandonou o MMM e fundou um novo partido, o Movimento Socialista Militante que, nas presentes eleições, entrou em coligação com os trabalhistas e os sociais-democratas.

● Recolher obrigatório

O governo de Sri Lanka decretou recolher obrigatório em 11 dos 24 distritos do país. As autoridades recorreram a esta medida para impedir a reincidência dos recentes embates comunais entre representantes da população singhal e tamil.

Numa mensagem à Nação, tornada pública pela televisão, o Presidente do Sri Lanka, Junius Richard Jayawardene, apresentou as suas condolências às vítimas dos últimos acontecimentos ocorridos no país, na sequência dos quais foram mortas centenas de pessoas e milhares perderam emprego, tendo sido queimadas numerosas casas e destruídas empresas industriais.

O Presidente sublinhou que todos os cidadãos do Sri Lanka foram prejudicados, de igual medida, pelos recontros comunais.

Guiné-Bissau é vice-Presidente da Mulpoc-2

A camarada Francisca Pereira, membro do Comité Central do PAIGC e Secretária-Geral da UDEMU, foi designada, pelo camarada Presidente Nino Vieira, vice-Presidente do Comité sub-regional da África Ocidental para a Integração da Mulher no Desenvolvimento, mais conhecido por «Mulpoc-2», numa audiência que este lhe concedeu.

O Secretário-Geral do PAIGC e a camarada Francisca Pereira analisaram algumas questões relacionadas com a vida da nossa organização feminina nomeadamente a preparação do encontro de peritos da Unesco, a realizar-se na nossa capital de 3 a 7 de Setembro próximo, tendo por lema «A história da contribuição das mulheres na Luta de Liber-

tação Nacional e o seu papel, bem como as suas dificuldades para a Reconstrução, nos países recentemente independentes.

O próximo decénio da Mulher, que redundará numa conferência internacional, a ter lugar no Quênia, no ano de 1985, subordinado ao tema «Balanço do decénio da Mulher de 1975 a 1985», e o necessário engajamento da UDEMU na preparação desse evento, no quadro da luta global da massa feminina para a sua verdadeira e completa emancipação, mereceram igualmente atenção no decorrer daquela sessão de trabalho.

Outra questão que mereceu análise do camarada Presidente Nino



Vieira e da Secretária-Geral da UDEMU referiu-se ao Seminário sobre «A pesquisa sobre a mulher africana», a ter lugar em Dakar de 7 a 13 de Novembro deste ano, organizado pela Associação das Mulheres Africanas, para a Pesquisa sobre o Desenvolvimento, que será precedida de uma Assembleia Geral. A nossa

organização feminina irá participar nesse seminário, na qualidade de membro desta associação.

No final do encontro, o Presidente guineense reiterou a UDEMU toda a sua confiança no futuro da nossa organização, tendo em conta a sua efectiva participação no esforço da Reconstrução Nacional.

VICIA TÉCNICA - JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 - BISSAU

DIRECTOR: António Soares; CHEFE DE REDACÇÃO EM EXERCÍCIO: João Quintão

REDACÇÃO: António Alves, António Tavares, Baltazar Bebiano, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jorge, José Tavares, Paulo Abino, Simão Abino. MAQUETAGEM: Cândido Camará, Justiniano Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cã, José Tavares, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Lél Miranda, Ivete Monteiro.